

Ata número dezasseis

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE SESSÃO ORDINÁRIA DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, pelas 21:00 horas, na Sala de Reuniões do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a reunião, pelas 21:05 horas, após um período de tolerância, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Paulo Borralhinho, comigo Artur Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Teixeira, segundo secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista do Partido Socialista:

José Carrola Feliciano, Pedro Catalão (em substituição de Bruno Santos), Carlos Manuel Pinheiro Gomes, Licínio Benedito e Eduardo Carlos dos Reis Gomes e Manuel Firmino Cameira;

Da lista das Pessoas Pelo Concelho de Belmonte:

Anabela Sanches Pinto, Daniel Bruno Afonso Tomé Mendes, Patrícia Isabel Elvas Eusébio (em substituição de Fernando Luís Pinto Proença), José Carlos Birra Correia, encontrando-se até ao momento em falta Ana Alexandrina Sousa convocada via postal em substituição de Lara Curto.

Da lista da Coligação Democrática Unitária – PCP/PEV:

Aguarda-se a presença de Dulce Pinheiro em substituição de Marisa Gonçalves Tavares

Estão também presentes nesta reunião, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, José Mariano, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, David Velho, a Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carla Marina Ascensão Cruz Pais e aguarda-se o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Torrão.

Em falta no início desta reunião estão ainda os vereadores David Canelo, Vitor Alves e António Rodrigues.

Tomada a palavra o Presidente da Mesa da Assembleia, que desejou a todos umas Boas Festas, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 16 presenças.

Posteriormente deu por aberta a sessão e passou a ler a ordem de trabalhos, que vai constar em pasta anexa.

1 – Aprovação de ata da sessão anterior (30 de setembro de 2015)

2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Municípes

3 - Período de antes da Ordem do Dia;

4- Período da Ordem do Dia:

4.1.- Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e situação financeira do Município;

4.2.- Informação económica e financeira do Município de Belmonte – 30 de junho de 2015;

4.3.- “Contratação de Empréstimo a curto prazo para o ano de 2015”

4.4.- Mapa de pessoal para o ano de 2016;

4.5.- EMPDS – Contrato Programa 2016;

4.6.- Grandes Opções do Plano e Orçamento 2016, com plano de atividades e orçamento da EMPDS, Belmonte EM para o ano de 2016 com parecer de SROC;

5 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Municípes

Face ao referido deu-se início ao cumprimento dos pontos.

1- Aprovação de ata da sessão anterior (30 de setembro de 2015)

O Presidente da Assembleia questionou se os membros propõem alguma alteração ou correção à ata número quinze de 30 de setembro de 2015.

O deputado Eduardo Gomes solicitou a correção do Português nas páginas 9 e 10 no que diz respeito à sua intervenção.

Verificou-se neste momento a entrada de Dulce Pinheiro da CDU, Pedro Torrão, Presidente da Junta de Freguesia de Caria e dos Vereadores em falta formando um quórum de 18 elementos.

Não havendo mais nenhuma discordância ou alteração, passou-se à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 1 voto contra (Patrícia Eusébio do Movimento das Pessoas pelo Concelho de Belmonte a qual no final entregou uma declaração de voto, que será arquivada em pasta anexa, com as respetivas razões), 2 abstenções (Anabela Pinto do Movimento das Pessoas pelo Concelho de Belmonte e Dulce Pinheiro da CDU) e 15 a favor, pelo que a ata é aprovada.

2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Municipais

O Presidente da Assembleia informar que se vai passar ao período de intervenção dos Municipais pelo que dá a palavra aos municipais interessados

O Presidente da Assembleia informou que tendo em conta que não há pedidos de intervenção de qualquer Município se iria dar continuidade à sessão da assembleia.

3 - Período de antes da Ordem do Dia;

O Presidente da Assembleia questiona os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.

Dada a palavra ao primeiro inscrito, Eduardo Gomes que apenas quer alertar o executivo municipal das inúmeras queixas relativas à faturação de água e respetiva leitura de contadores que tem registado na população em geral.

O deputado Daniel Tomé, deseja a todos os presentes e famílias um Feliz Natal, informa que nesta assembleia desejava requerer 3 louvores bem como dar dois contributos.

Os louvores são para:

- Escola de Música Pedro Alvares Cabral, nomeadamente pelo bonito concerto de Natal apresentado na igreja Matriz de Belmonte.

- Grupo Gimnodesportivo de Caria, pela Peça de teatro apresentada no salão da junta de freguesia de Caria.

- União Desportiva Cariense, pelas suas equipas tanto a feminina como a masculina.

No que diz respeito a contributos, prendem-se com os Bombeiros Voluntários do Concelho de Belmonte, aqueles de que todas as pessoas se lembram principalmente durante uma hora difícil, mas que estão sempre presentes para ajudar. Cabe a nós também ajudar e de nada custa se todos participarmos, pelo eu deixa um desafio a todos os deputados municipais a dar o exemplo e a contribuir anualmente com uma quota, de valor irrisório que em muito ajuda esta associação. Ao executivo e dentro das possibilidades solicita ajuda nomeadamente para equipar

o remodelado quartel. Outra das propostas e de homenagem a todos estes grandes homens e mulheres seria instituir o dia municipal dos Bombeiros.

O Presidente da Assembleia Municipal, regista os louvores, bem merecidos segundo a sua opinião e relativamente à instituição do dia municipal dos Bombeiros deixa a informação para decisão do executivo.

Tomou a palavra Eduardo Gomes do PS que atendendo ao transmitido, verifica-se que se pretende o aval dos membros da Assembleia para equipar o quartel dos Bombeiros, o mesmo informa que se o valor do mesmo estiver dentro das posses do município não vê qualquer inconveniente.

Dada a palavra, a representante da CDU, Dulce Pinheiro, desejou a todos Feliz Natal e um Ano de 2016 cheio de saúde. Concorda que os bombeiros merecem tudo, pelo que a recomendação com as devidas cautelas deveria ser incluída nos objetivos do executivo.

Tendo em conta a pretensão o Presidente da Assembleia solicitou a votação quanto à possibilidade do executivo municipal, com os devidos procedimentos poder contribuir para o equipamento do novo quartel.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 18 a favor, , pelo que a Assembleia concorda, por unanimidade, na ajuda de financiamento de equipamento para o novo quartel dos bombeiros.

Continuou com a palavra Dulce Pinheiro da CDU, que diz querer apresentar assuntos não tão simpáticos, mas de grande importância, já anteriormente apresentados mas que estão novamente em alta. Neste sentido apresentou uma moção que passou a ler sobre a eliminação de portagens na A23 e cujo o seu teor integral será arquivado em pasta anexa.

No seu conteúdo podemos destacar que enquadrado na lógica da discriminação positiva não foram aplicadas portagens à A23 e às outras SCUT - "sem custos para o utilizador", nunca é demais relembrar! No entanto, o necessário e justo princípio de compensar as regiões do interior do país com medidas de discriminação positiva, tendo em conta as manifestas assimetrias regionais existentes, foi sendo abolido das políticas desenvolvidas ao longo da última década e, com especial acutilância, nos quatro anos de governo PSD/CDS. Hoje, o princípio do "utilizador-pagador" é aplicado, praticamente em todo o país, de forma cega. Está mais do que provado que a introdução de portagens na A23 tem tido consequências profundamente negativas para as populações e para o tecido económico das regiões atingidas. Trata-se de uma dupla discriminação das regiões do interior. Com efeito, estas portagens, oneram de uma forma desproporcionada e injusta as populações e as empresas dos distritos de Santarém, Portalegre, Castelo Branco e Guarda; agravam as dificuldades económicas dos utentes, já duramente afetados por cortes salariais, por situações de desemprego e precariedade e por baixos níveis de rendimentos; dificultam em muito a vida de inúmeras pessoas que utilizam esta via para se deslocar diariamente para o trabalho, ou para ter acesso aos hospitais da região, ou à justiça – cujo novo mapa judiciário, obriga os cidadãos a percorrer mais quilómetros para terem acesso a esta função social do Estado – e, para além disto, ainda conduz ao agravamento da situação económica de muitas empresas! Acresce que não há alternativa viável à A23. Diversos troços foram construídos sobre o anterior itinerário principal – IP2 - tornando inevitável a sua utilização. Em outros troços, a não utilização da autoestrada obriga à circulação pelo interior das localidades. Esta situação é ainda mais grave quando nem a alternativa da rede ferroviária existe. Esta contínua em letargia e parte dos milhões que foram investidos há alguns anos esboroam-se pela não requalificação completa da linha, impedindo a ligação da Covilhã-Guarda-Covilhã, com graves prejuízos para Belmonte.

As consequências na mobilidade, na segurança e nos custos diretos para as autarquias que suportam a manutenção de troços de antigas estradas nacionais, sem que obtenham as contrapartidas financeiras pelas responsabilidades que tiveram de assumir, são inadmissíveis.

A introdução de portagens na A23 representou um retrocesso de décadas nas acessibilidades dos distritos da Guarda, Castelo Branco, Santarém e Portalegre. Com a aplicação do princípio do “utilizador-pagador”, o Governo transferiu o esforço financeiro coletivo e solidário do país, para as populações que são obrigadas a custear a utilização desta infraestrutura estruturante para as respetivas regiões. Desta forma, aumenta o custo por utilização, diminuindo gravemente os índices de eficiência desta via e gerando elevadas perdas de competitividade das empresas e o agravamento da qualidade de vida das populações afetadas.

Acresce a toda esta situação discriminatória o fato de a grande maioria destas SCUT terem sido financiadas através de fundos comunitários, para os quais os cidadãos contribuíram. A introdução de portagens na A23 tem suscitado um generalizado repúdio por parte das populações, associações empresariais e autarquias afetadas, onde se incluiu Belmonte.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Belmonte, reunida aos vinte e um dias do mês de dezembro de 2015, exige a abolição da cobrança de taxas de portagem em toda a extensão da A23.

Tendo em conta não haver mais intervenções o Presidente da Assembleia passou à votação através de braço no ar desta moção.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 18 a favor, pelo que a moção sobre a eliminação das Portagens na A23 foi aprovada por unanimidade.

Solicitou a palavra o Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Rocha, que deseja a todos umas Boas Festas. Sobre os assuntos abordados cumpre-lhe dizer que sobre o problema da fatura da água, se reporta às recomendações deixadas pelo Diretor do ERSAR, o que se pretende é repor o que a lei impõe e porque a situação existente neste nível era já insustentável, tendo em conta que o preço era reduzido e não existia taxa de saneamento e RSU. Reconhece que este processo não foi muito feliz tendo em conta diversos problemas registados, no entanto continuamos a trabalhar para resolver os problemas e mantemos o valor da água como um dos mais baixos em Portugal.

Em relação à água solicita autorização para passar a palavra ao Sr. Eng^o Simões, conjuntamente com o vereador Vitor Alves, responsáveis, no momento por esta área para da forma possível clarificar a faturas da água.

Toma palavra o Eng^o Simões que admite ter recebido nos últimos tempos bastantes reclamações e que, no sentido positivo as mesmas serviram para identificar os problemas vigentes. Com a procura de respostas para as reclamações, os serviços têm conseguido colocar em ordem, aspetos menos cuidados neste setor e evitar as leituras por estimativa, bem como as faltas de leitura que implicaram contas elevadas. Através de uma forma matemática implementada, tenta-se faturar os m³ consumidos antes da aplicação do novo tarifário sem arrastar as despesas inerentes ao saneamento e RSU.

O Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para comentar a intervenção do Sr. Daniel Tomé, associando-se aos louvores merecidos pela Escola de Música a qual deu um concerto realmente magnifico, ao Núcleo Gimnodesportivo de Caria, pela Peça de teatro apresentada, na qual não pode estar presente mas por indicação de membros do executivo sabe que foi a conjugação de muitos talentos e muito bom trabalho. No que diz respeito à União Desportiva Cariense ficam as suas congratulações sem esquecer as outras equipas como da

CECURDE, Associação Desportiva de Belmonte e União Desportiva de Belmonte. Realmente dignificam o desporto e estão todos de Parabéns.

No que respeita a moção apresentada pela Sr.^a Dulce Pinheiro, dá os parabéns pela sua intervenção, não só pela A23 mas como pela linha da beira baixa, e informa que se pudesse votar, tal como os membros da Assembleia, votaria favoravelmente, é claro que todos devemos estar unidos nas reivindicações.

Relativamente aos Bombeiros, não se sente muito à vontade, devido a ser o presidente dos mesmos, no entanto quem não gosta dos Bombeiros. Sobre o assunto solicita um pequeno intervalo para reunir com o executivo municipal.

O Presidente da Assembleia informa do intervalo de cinco minutos pelo que a sessão será reiniciada pelas 22.00 horas.

Retomada a sessão o presidente da Câmara agradece o compasso de espera e passa a palavra à vice-presidente, Dr.^a Sofia Fernandes que informa o resultado da pequena reunião do executivo sobre os Bombeiros. Foi decidido por unanimidade que na próxima reunião de executivo, se vai atribuir um valor de 65000 euros em 2016 para ajuda desta associação e posteriormente se vai analisar a questão do mobiliário e o valor a atribuir nos anos seguintes.

Não havendo mais assuntos a tratar no período antes da ordem do dia o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte.

4- Período da Ordem do Dia:

4.1.- Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e situação financeira do Município;

O Presidente da Assembleia passa a palavra ao Presidente da Câmara que não tem nenhuma informação complementar e está aberto a alguma questão que possa surgir.

Solicita a palavra Dulce Pinheiro não propriamente sobre o documento apresentado, mas inicialmente para expor um conjunto de necessidades/ opiniões:

- A colocação de uma passadeira frente à Grasil;
- Um espaço apropriado para o mercado e feiras, bem como a colocação de sanitários móveis enquanto o espaço não é definido. No que se refere à deslocalização da feira para a variante de Belmonte considera uma má ideia, um "ponto" que pode acabar com a tradição.

- Segundo a sua opinião o prédio que ensombra as varandas do Zêzere, tendo em conta a obra já executada, o edifício retira as vistas que encantavam turistas e não só.

- O Conselho Municipal da Juventude trabalha com vários números. Uns dos números que foi recolhido provém de um estudo/projeto ESCOLHAS, no qual indica que Belmonte é o Concelho com o maior índice de exclusão infanto-juvenil, pelo que questiona o executivo sobre o conhecimento deste projeto, se valida a informação e se vai avançar com iniciativas para melhorar os dados apresentados.

- Por fim informa que vai apresentar um requerimento para que se faça chegar uma cópia do protocolo com a Universidade da Suíça aos membros da assembleia.

Perante as necessidades/ opiniões apresentadas o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarece que:

- A passadeira frente à Grasil, reconhecem o perigo, mas as pessoas não descem pelo local devido. Confessa não ter sido uma prioridade mas pensa-se numa intervenção no local, no entanto admite que enquanto essa intervenção não tenham o seu planeamento concluído se possa proceder à colocação da mesma.

- Os mercados e feiras têm sido uma situação caótica que se arrasta, existe um local previsto para a sua colocação – antigo campo de futebol. A curto prazo vai-se proceder a uma desocupação e demolição de muros definindo uma obra para mercados e estacionamento. Relativamente às feiras das quais a maior é a de 8 de dezembro, tivemos este ano a “felicidade” de não haver mais nenhuma nas redondezas o que implicou um acréscimo de feirantes e compradores, o que requereu uma segurança reforçada. Não existiu qualquer problema e a informação recolhida junto aos feirantes foi bastante positiva. O local talvez não seja o ideal, no entanto enquanto o mesmo não for devidamente definido temos de improvisar.

- As Varandas do Zêzere não se confinam apenas ao lado do edifício da Câmara Municipal, estendem-se por toda a encosta. No prédio em causa após término das obras vamos ter um restaurante com uma vista fantástica, gostava de ter um miradouro na parte superior no entanto não é possível, a obra em causa é de grande utilidade.

- No que respeita ao estudo /projeto ESCOLHAS, no qual indica que Belmonte é o Concelho com o maior índice de exclusão infanto-juvenil, não conhecia e fiquei surpreendido, espero que os dados não estejam atualizados.

- Sobre o requerimento para que se faça chegar uma cópia do protocolo com a Universidade da Suíça aos membros da assembleia, solicito informação sobre o porquê e para quê, caso o mesmo ainda não esteja na nossa página solicito aos serviços o seu envio para os interessados de imediato.

4.2.- Informação económica e financeira do Município de Belmonte – 30 de junho de 2016;

O Presidente da Assembleia, apresentou o assunto em questão e deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.

O mesmo informou que os valores apresentados são da responsabilidade dos ROC's pelo que neste caso também não têm qualquer informação adicional, ficando disponível para possíveis dúvidas.

Solicitou a palavra Dulce Pinheiro da CDU que em comparação com as anteriores informações se conclui que as contas não estão famosas e se regista um aumento do passivo, um resultado negativo e um aumento do prazo de pagamento de 103 para 266 dias. No que diz respeito à EMPDS, Belmonte EM, o próprio técnico fundamenta o aumento de transferência para a mesma para pagamento de dívidas, informação que reforça a opinião que a mesma deve ser extinta.

O presidente da Câmara toma a palavra para explicar que o ano passado não foi famoso, esperou-se todo um ano por um pagamento de participações de obras, o qual tarda em chegar. Foi feita opção de festividade, para o ano vai ser um ano de trabalho. O relatório dos ROC não nos dizem que estamos em perigo, mas sim com sentido de responsabilidade.

Tendo em conta a natureza do próximo assunto a tratar e por possíveis incompatibilidades profissionais o Presidente da Assembleia, Paulo Borralhinho, vai ausentar-se da sala e deixar a cargo do 1º secretário a presente sessão.

4.3.- “Contratação de Empréstimo a curto prazo para o ano de 2016”

O 1º secretário, Artur Elvas, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra aos membros da Assembleia Municipal.

O Presidente da câmara esclarece que o empréstimo a curto prazo aprovado pela assembleia para o ano de 2015, é pago ainda em 2015, até ao final do ano e que a presente Contratação não o substitui, este apenas será usado caso venha a ser necessário.

Eduardo Gomes, PS, informa ter solicitado anteriormente informações sobre este empréstimo, o qual tem como objetivo dar à Câmara Municipal recursos suficientes até à chegada dos fundos evitando atrasos nos pagamentos a fornecedores e prevenir a criação de dificuldades à economia local. Analisando a taxa atrativa sem grandes custos, vão votar favoravelmente à contratação do empréstimo.

Dulce Pinheiro, CDU, tomou a palavra informando que a Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013), no seu artigo 50º, regula os empréstimos de curto prazo. Quanto ao levantamento realizado junto das entidades bancárias, nada têm a apontar, está bem apresentado e claro. Pelo que tal como no pedido de contratação anterior, vamos abster-nos tendo em conta os constrangimentos da administração central.

O 1º secretário da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 2 votos contra (Anabela Pinto e Patrícia Eusébio), 1 abstenção (Dulce Pinheiro da CDU) e 14 a favor, pelo que a Contratação de Empréstimo a curto prazo para o ano de 2016 foi aprovada por maioria.

Após a votação o Presidente da Assembleia, Paulo Borralhinho voltou a assumir a presidência da Assembleia.

4.4.- Mapa de pessoal para o ano de 2016;

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra às bancadas representadas na Assembleia.

Eduardo Gomes, PS, diz que após análise constatou-se o aumento de postos de trabalho, tendo em conta que no anuário a Câmara Municipal de Belmonte é daquelas que tem um menor peso em relação a outras de igual dimensão, e caso se verifique a necessidade dos postos referidos não vêem qualquer inconveniente.

*Dulce Pinheiro, CDU gostaria de começar por corrigir um erro de somatório devido, provavelmente ao excel em que o total de lugares providos não é 48 mas sim 49 bem como passar a fazer uma apreciação ao mapa de pessoal 2016 apresentando uma declaração de voto que se vai arquivar em pasta anexa, e de onde podemos retirar os seguintes aspetos, a CDU não antevê que se altere, para 2016, a orientação política do PS sobre a gestão do pessoal e, para a qual, conta com o apoio do vereador do "Movimento Pessoas pelo Concelho de Belmonte". A CDU reafirma a clara oposição a esta estratégia, que resulta na manutenção de um quadro reduzido à mínima expressão de postos de trabalho na Câmara Municipal de Belmonte e a sua substituição por um número considerável de trabalhadores em prestação de serviço e em Contratos de Emprego e Inserção , a ocuparem postos de trabalho permanentes. Diz que é uma estratégia completamente errada: esvazia o emprego público, compromete a qualidade de trabalho e o futuro e, obviamente, empurrará para o privado várias áreas que deverão ser da responsabilidade da Câmara. O Mapa de Pessoal que é apresentado deixa claro que o Município precisa de políticas e de opções muito diferentes das que até agora têm sido seguidas pela maioria PS na Câmara. Esta proposta de **Mapa de Pessoal 2016** não indica que as opções sejam invertidas, antes pelo contrário, acentua-as. Por exemplo, embora haja um aumento dos lugares a prover, uma análise mais fina, revela que há um completo desinvestimento nas áreas operacionais, o que confirma a opção de desvalorização do próprio serviço público municipal. Veja-se o resultado destas políticas no setor dos resíduos e da água! Um já privatizado em*

grande parte e outro com a ameaça de seguir o mesmo caminho, nomeadamente no que diz respeito à leitura dos contadores! Neste Mapa não se vislumbram mais ou melhores respostas, mais ou melhores serviços. Antes pelo contrário, mantém-se a orientação de esvaziamento e da precariedade não se vislumbrando a prometida alteração de estratégia nesta importante área municipal. Perante o exposto a CDU manifesta o desacordo e expressa o voto contra no **Mapa de Pessoal 2016**.

O Presidente da Câmara esclarece continua a querer contratar pessoas, que elas são necessárias no entanto a legislação continua a ser um grande entrave.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 1 voto contra (Dulce Pinheiro da CDU), 2 abstenções (Anabela Pinto e Patrícia Eusébio do Movimento de Pessoas pelo Concelho de Belmonte) e 15 a favor, pelo que o mapa de pessoal para 2016 foi aprovado por maioria.

4.5.- EMPDS – Contrato Programa 2016;

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra às bancadas representadas na Assembleia.

O deputado Eduardo Gomes, tendo em conta que presta funções de técnico oficial de contas na EMPDS – Belmonte EM, apesar de não existir impedimento legal, mas por uma questão de consciência, até porque lhe chamaram anteriormente a atenção, se vai retirar da sala durante a apresentação, discussão e votação do presente ponto.

O Presidente da Câmara informou que o contrato apresentado é redigido nos mesmos termos do ano transato, cujo objetivo é fazer face às perdas de rendimento da EMPDS pelas visitas dos Municípes aos Museus e dos descontos aos diversos segmentos da população.

Dulce Pinheiro, CDU, informa que a opinião da bancada sobre a EMPDS Belmonte EM é conhecida e apesar de não ter nada contra a minuta apresentada, a sua posição mantém-se pelo que o voto será conta a aprovação do contrato programa da EMPDS Belmonte EM.

Nada havendo a acrescentar, o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 3 votos contra (Anabela Pinto e Patrícia Eusébio do Movimento de Pessoas pelo Concelho de Belmonte, bem como Dulce Pinheiro da CDU), 0 abstenção e 14 a favor, pelo que o **Contrato Programa 2016 da EMPDS – Belmonte EM** foi aprovado por maioria.

Após a votação o deputado Eduardo Gomes, voltou a integrar a sessão da Assembleia.

4.6.- Grandes Opções do Plano e Orçamento 2016, com plano de atividades e orçamento da EMPDS, Belmonte EM para o ano de 2016 com parecer de SROC

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais. Após leitura deu a palavra às bancadas representadas na Assembleia.

Dulce Pinheiro, CDU, apresentou uma declaração de voto que vai ser arquivada em pasta anexa e na qual consta a seguinte apreciação: da "Introdução" das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 pode-se concluir que a área do planeamento terá uma atenção específica, nomeadamente com a elaboração e aprovação de "Áreas de Reabilitação Urbana" e do "Cadastro das Redes de Águas e Saneamento". Desde sempre a CDU tem pugnado para que as diferentes Câmaras usassem instrumentos de planeamento do território essenciais a uma gestão racional e não casuística. Assim, sendo este um dado positivo, é-o, todavia insuficiente.

A "Introdução" contém outras informações relevantes - mais uma vez, se usa o argumento da ausência de informação sobre "Portugal 20.20" para não apresentar estratégias e alternativas aos munícipes do Concelho de Belmonte, que não seja, a indicação de forma vaga e não fundamentada, de que a estratégia deste executivo é "uma aposta orientada para as pessoas"! Embora entendendo o desânimo motivado pela ausência de orientações para executar quadro comunitário "Portugal 20.20", lamentam esta assunção de falta de ideias para o concelho de Belmonte!

Sobre o exercício do direito de oposição, nº 3, do artigo 5º da Lei 24/98, a CDU reafirma que o seu cumprimento não se esgota no mero procedimento burocrático do envio de um ofício. A CDU exige que o espírito da Lei seja cumprido, prevendo, nomeadamente, um período de tempo adequado ao estudo sério das propostas.

É este o entendimento que defendem sobre o procedimento futuro, caso a Câmara esteja verdadeiramente interessada no contributo da CDU, força partidária que se orgulha de protagonizar uma oposição responsável, procurando sempre corresponder aos anseios de quem nela depositou a confiança do seu voto, empenhando-se na procura das melhores soluções para o destino do nosso concelho. Este é um facto reconhecido por todos, quer partilhem ou se oponham às propostas e princípios que defendemos.

Sobre as GOP's 2016, no plano da receita, a CDU mantém a posição de que o Município não deveria abdicar da receita de IRS, mais uma vez coloca a necessidade da Câmara ponderar a possibilidade da introdução da derrama, imposto que incide sobre o lucro tributável das empresas, (empresas com volume de negócio superior a 150 mil euros e, o valor da derrama é aplicado sobre os lucros), salvaguardando sempre os pequenos negócios de acordo com as isenções previstas na lei. Acresce ainda a decisão de reduzir o IMI para algumas.

Assim, a autarquia perde uns milhares de euros que tanta falta fazem na promoção do emprego e no desenvolvimento da economia local. De referir ainda que, comparativamente a 2015, a receita corrente aumenta mais de meio milhão de euros. Objetivamente serão os munícipes a pagar - o aumento deve-se à subida significativa dos tarifários sobre o consumo de água, saneamento e resíduos! Será a isto que se refere na introdução como "é sem dúvida uma aposta orientada para as pessoas"?

No plano da despesa verifica-se um elevado aumento da despesa corrente ao mesmo tempo que se regista uma clara diminuição da despesa de investimento ou seja menos obra e mais dívida! O documento deixa perceber que o ano que se avizinha se arrisca, com elevada probabilidade a ser mais um ano zero em investimento. São inúmeras as obras prometidas cujas "fase de execução" se mantém a zero e cujo "financiamento definido", para 2016, é residual. Por outro lado há igualmente inúmeras referências a obras que não possuem um único cêntimo previsto para 2016. Permanecem números muito generosos na rubrica "outros".

Estes são alguns dos factos que caracterizam as GOP's para 2016 e que fundamentam o ponto de vista globalmente negativo. Estas GOP's para 2016 não convencem, apesar dos constrangimentos a que estão sujeitas as autarquias, há espaço para tentar fazer diferente para melhor por isso, a CDU vota contra. **O Concelho merece diferente e melhor!**

Patrícia Eusébio, Movimento pelas Pessoas do Concelho de Belmonte, toma a palavra e informa que este documento segue uma linha de coerência com os apresentados anteriormente ainda que este movimento discorde da mesma, razão pela qual vão apresentar uma declaração

de voto contra a aprovação das GOP's e orçamento de 2016, que vai ser anexa em pasta anexa mas que devido ao adiantado da hora já não vai ler.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 3 votos contra (Anabela Pinto e Patrícia Eusébio do Movimento de Pessoas pelo Concelho de Belmonte, bem como Dulce Pinheiro da CDU), 0 abstenção e 15 a favor, pelo que as **Grandes Opções do Plano e Orçamento 2016** e respetivos anexos, nos termos do disposto do artigo 46º da Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro, incluindo a proposta de Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais (para os efeitos previstos na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12º do decreto-Lei n.º127/2012, de 21 de junho) foram aprovadas por maioria.

5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Múncipes

Regista-se o pedido de intervenção de um munícipe, Sr. Carlos Afonso que apenas quer deixar a opinião sobre as faturas de água. No seu entender as mesmas são origem de uma política errada seguida durante mais de 25 anos. O munícipe está lesado sem culpa, uma vez que, mesmo os que têm os respetivos contadores de livre acesso, continuam sem a atualização de contagem. A má política e a falha no serviço levam ao descontentamento e à insatisfação demonstrada por muitos.

Antes de dar por encerrada esta assembleia propõe-se para maior celeridade e pela importância dos assuntos tratados a sua aprovação por minuta. Pretensão que foi aceite por unanimidade.

Agradece a presença de todos, desejando uma vez mais votos de Boas Festas.

Nada mais havendo a tratar nesta reunião e sendo 23 horas e 40 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, ficando o primeiro Secretário encarregado de elaborar a presente ata, para aprovação na reunião seguinte.

E eu, _____, primeiro Secretário da Mesa a redigi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente, depois de lida e aprovada integralmente, na reunião seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário

2º Secretário